

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 17ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

<b>Grupo de Trabalho:</b>	GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA							
<b>Reunião:</b>	17ª Reunião do GT- Análise de Empreendimentos da CT-SA							
<b>Data:</b>	17/06/2025							
<b>Local:</b>	meet.google.com/kim-qrkh-zwp							
<b>Assunto(s) em discussão:</b>	Análise das propostas protocoladas para financiamento FEHIDRO (Seleção 2024-27)							
<b>Pauta:</b>	1. Abertura; 2. Breve apresentação, pela Coordenação de Projetos, das propostas protocoladas a serem analisadas (Seleção FEHIDRO 2024-27); 3. Análise do GT; 4. Encerramento.							
<b>Conclusões e Encaminhamentos:</b>	As propostas protocoladas analisadas na referida reunião, se referem à:							
	<b>Nº Protocolo</b>	<b>PDC/S ub-PDC</b>	<b>Tomador</b>	<b>Título Empreendimento</b>	<b>Valor de Repasse (R\$)</b>	<b>Valor Contrapartida (R\$)</b>	<b>% CP</b>	<b>Valor Global (R\$)</b>
	2025.00010.000266-08	3.1	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse	Projeto executivo para reforma e melhoria da ETE	174.420,98	3.540,00	1,99	177.960,98
	2025.00010.000279-79	3.1	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Execução de serviços de dragagem e desidratação de lodo contido na estação de tratamento de efluentes – ETE, localizada no município de Corumbataí - SP	860.341,61	17.557,99	2,00	877.899,60
	2025.00010.000283-37	5.1	Prefeitura Municipal de Louveira	Implantação do sistema de setorização de água tratada no bairro Monterrey	14.613.148,67	769.113,09	5,00	15.382.261,76
	2025.00010.000282-92	1.2	Prefeitura Municipal de Sumaré	Elaboração do Plano Integrado de Saneamento	1.330.168,14	147.796,46	10,00	1.477.964,60
	2025.00010.000287-15	1.2	Prefeitura Municipal de Rafard	Elaboração da revisão do plano municipal de saneamento básico e atualização de novas metas para o Município de Rafard	283.204,04	5.779,65	2,00	288.983,69
	2025.00010.000288-60	1.2	Prefeitura Municipal de Rafard	Elaboração da revisão do plano diretor de combate às perdas no sistema de abastecimento público de água de Rafard	548.722,94	11.198,38	2,00	559.921,32

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 17ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>A reunião foi aberta pelo coordenador do grupo, Sr. Mateus Arantes (P.M de Louveira) que agradeceu a presença de todos e deu início aos itens de pauta.</p> <p>A Sra. Livia Modolo pediu que a memória técnica da 16ª Reunião do GT fosse aprovada na 18ª Reunião, visto que houve pouco tempo hábil para elaboração do documento entre as reuniões. O coordenador Mateus e o GT concordaram com a decisão.</p> <p>A equipe da Coordenação de Projetos lembrou que a documentação referente aos empreendimentos pleiteados foi enviada por e-mail, junto da convocação, e fez uma breve apresentação sobre as propostas.</p> <p>Foi aberta a minuta dos pareceres técnicos que serão encaminhados aos proponentes (tomadores). Foi aberto ao grupo, para discussão e possíveis ajustes e complementações, o conteúdo dos pareceres, nos quais são solicitadas as adequações técnicas das propostas aos tomadores.</p> <p>Livia Modolo informou que o empreendimento da Prefeitura de Nova Odessa que constava na pauta (plano de drenagem) não seria analisado devido à falta de documentos obrigatórios entregues, ficando para uma próxima reunião, caso o município entregue a documentação faltante, essencial para a análise.</p> <p>De forma geral, foram discutidas questões relacionadas à importância da solicitação das licenças, tanto para pleitos referentes a projetos executivos, quanto para obras, naquilo que couber. O Sr. Adilson frisou a importância de solicitar, para o pleito de Santo Antônio de Posse (projeto para ampliação e melhoria de ETE), a licença ambiental com devido detalhamento das melhorias da ETE, conforme exigências técnicas da Cetesb. Foi também discutida a questão de que o tomador não trouxe elementos necessários para solicitar o projeto executivo, visto que é exigido o projeto básico para solicitar o executivo. Dessa forma, foi solicitado ao tomador seguir as regras do Manual Orientativo PCJ, apresentando o projeto básico ou, caso o tomador altere o pleito para projeto básico e executivo juntos, deverá apresentar o estudo técnico.</p> <p>Destacou-se também as discussões relacionadas ao pleito do município de Corumbataí, referente à dragagem e desidratação de lodo da ETE. Foi colocado para discussão se o pleito se refere a uma ação de manutenção ou se poderia ser considerado dentro da ação financiável de melhoria de ETAs, conforme a Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. O GT entendeu que o objeto, de fato, irá trazer melhorias no tratamento e que o pleito tem relevância considerável dentro do contexto das Bacias PCJ, devendo o mesmo prosseguir no processo de seleção.</p> <p>Sobre o pleito de Louveira, referente à setorização do bairro Monterrey, importantes questões foram colocadas pelo GT, incluindo o fato de haver um contrato celebrado pelo município com objeto semelhante, em execução (ainda que não financiado pelos Comitês PCJ). Dessa forma, foi solicitado esclarecimento ao tomador no parecer. Também foi destacado pela equipe de análise e GT a existência de itens que configuram ampliação de abastecimento, como a construção de uma nova adutora. Sendo assim, o GT concordou que esta parcela do escopo, a qual não tem como objetivo real o controle das perdas de água, deve ser arcado com contrapartida do tomador. A solicitação foi incluída no parecer técnico.</p> <p>Os demais pleitos referentes aos planos de Sumaré e Rafard também foram avaliados, sem considerações relevantes no parecer. Foi levantado por Diogo Pedrozo e Mateus Arantes a necessidade de nos atentarmos à pertinência da revisão de planos, no geral, destacando a visão crítica</p>
--	--

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 17ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>dos Comitês PCJ com relação a revisões de planos que não tiveram devida execução de seus planos de ação.</p> <p>Após as discussões, o grupo decidiu que as propostas devem seguir no processo de seleção, mediante o atendimento das solicitações feitas nos pareceres.</p> <p>Nada mais havendo a tratar, o Sr. Mateus agradeceu novamente a presença de todos e deu por encerrada a reunião.</p>
<b>Próxima reunião:</b>	<b>A definir</b>
<b>Observações:</b>	
<b>Responsável pela redação:</b>	Livia Maria Ongaro Modolo

Participantes – Nome completo (Entidade)		
1	Mateus Bento Batista Arantes	P.M. de Louveira
2	Elaine Franco de Campos	Cadre Engenharia
3	Marcio Arantes de Andrade	DAE Valinhos S.A.
4	Adilson José Rossini	CETESB
5	Patrícia Regina Ferreira Calegari	P.M. de Louveira
6	Fernanda Dias Pereira	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste
7	Sueli Keiko Higuchi	SANEBAVI
8	Livia Maria Ongaro Modolo	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
9	Mariane Rodrigues Amuy	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
10	Thiago Furlan Penatti	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
11	Diogo Bernardo Pedrozo	Agência das Bacias PCJ